

SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 212/SSP de 01.11.2024

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA designado, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, alterada pela Lei 18.646, de 05 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial nº 22.034 de 06 de junho de 2023, e nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **DESIGNAR** como **FISCAL** a Agente de Perícia Criminal **BRUNA ANDRADE DA SILVA** – matrícula 952810-5-01, e como **SUPLENTE** o Subten PM RR **FLAVIO HAMANN** – matrícula 915.496-5, para acompanhar e fiscalizar a Autorização de Fornecimento nº 191/2024/SSP – oriundo da Dispensa de Licitação em Razão do Valor nº 117/2024/SSP Processo SGPe nº SSP 4287/2024.

**FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF**  
Secretário de Estado da Segurança Pública, designado.  
Cod. Mat.: 1035645

PORTARIA Nº 213/SSP de 04.11.24

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA designado, o uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, alterada pela Lei 18.646, de 05 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial nº 22.034 de 06 de junho de 2023, e nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **DESIGNAR** como **FISCAL** a Agente de Perícia Criminal **BRUNA ANDRADE DA SILVA** – matrícula 952810-5-01, e como **SUPLENTE** o Subten PM RR **FLAVIO HAMANN** – matrícula 915496-5-01, para acompanhar e fiscalizar a Autorização de Fornecimento nº 192/2024/SSP – oriundo da Dispensa de Licitação em Razão do Valor nº 118/2024/SSP Processo SGPe nº SSP 4567/2024.

**FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF**  
Secretário de Estado da Segurança, designado.  
Cod. Mat.: 1035647

PORTARIA Nº 214/SSP de 04.11.24

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA designado, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, alterada pela Lei 18.646, de 05 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial nº 22.034 de 06 de junho de 2023, e nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **DESIGNAR** como **FISCAL** a Agente de Perícia Criminal **BRUNA ANDRADE DA SILVA** – matrícula 952810-5-01, e como **SUPLENTE**, o Subten PM RR **FLAVIO HAMANN** – matrícula 915.496-5, para acompanhar e fiscalizar a Autorização de Fornecimento nº194/2024/SSP – oriundo da Dispensa de Licitação em Razão do Valor nº 116/2024/SSP Processo SGPe nº SSP 4352/2024.

**FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF**  
Secretário de Estado da Segurança Pública, designado.  
Cod. Mat.: 1035648

Polícia Militar

**DECISÃO**  
(SGPe PMSC 17743/2023)

Referente ao processo administrativo que envolve a empresa GETELL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, contratada pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) para a readequação dos projetos de Arquitetura e Engenharia da Central Regional de Emergência de Chapecó, e que, conforme apurado, descumpriu suas obrigações contratuais, deixando de concluir os projetos readequados, acolho integralmente o relatório apresentado pelo Major PM Pedro Paulo Romandini Britto, Encarregado.  
I – Fundamentação:  
A empresa, notificada formalmente em 22 de agosto de 2024, manteve-se inerte, sendo, portanto, declarada revel. O processo demonstrou cabalmente a ausência de cumprimento contratual por parte da contratada, em afronta ao objeto estabelecido no contrato. A GETELL ENGENHARIA foi responsável por receber pagamento mediante a emissão de nota fiscal, mesmo sem entregar os serviços contratados, configurando má-fé, conforme evidenciado no relatório. A conduta adotada pela empresa causou prejuízo ao erário, demonstrando o descaso com as obrigações firmadas com a Administração Pública e infringindo os princípios da legalidade, eficiência e moralidade, conforme o artigo 37 da Constituição Federal. Diante disso, a aplicação de sanções administrativas é imprescindível, nos termos da Lei nº 8.666/93, especialmente em seu artigo 87, e do Decreto Estadual nº 2.617/2009.  
II – Aplicação das sanções:

Multa administrativa de 20% sobre o valor total do contrato, nos termos do artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e do Decreto Estadual nº 2.617/2009, como forma de punir o descumprimento contratual e ressarcir, ao menos parcialmente, os prejuízos causados à Administração.  
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e do artigo 112 do Decreto Estadual nº 2.617/2009, como punição pela má-fé demonstrada pela contratada.  
III – Determinações à Seção de PAIC:  
1 - Imediatamente:  
a) Publique a presente decisão no Diário Oficial do Estado (DOE);  
b) Notifique a empresa GETELL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA do relatório e desta decisão via e-mail, para que, se desejar, apresente recurso hierárquico.  
2 - Após o prazo de recurso:  
c) Expedir guia de depósito identificado referente à multa imposta, a ser recolhida pela empresa em até 10 (dez) dias a partir da intimação;  
d) Expedir guia de depósito identificado para o pagamento espontâneo do valor pago à empresa pela nota fiscal, devidamente corrigido, também a ser recolhido em até 10 (dez) dias após a intimação;  
e) Requerer ao Secretário de Estado da Administração (SEA) a declaração de inidoneidade da empresa por 3 (três) anos, nos termos do artigo 112 do Decreto nº 2.617/09;  
f) Dar ciência do relatório e desta decisão ao Chefe do CMIO.  
g) Registre no CADPEN a punição pecuniária.  
3. Em caso de ausência de pagamento no prazo estabelecido:  
h) Encaminhar cópia integral do processo ao Comando do 4º CRPM, para instauração de Sindicância para que apure a certificação e inserção da nota fiscal no sistema de compras, resultando no pagamento à empresa. A conclusão da sindicância deverá ser encaminhada à DALF.  
4. Após a conclusão da sindicância:  
i) Encaminhar cópia integral da sindicância e do processo administrativo à Procuradoria Geral do Estado, para análise e eventual ingresso de ação judicial visando à restituição dos valores pagos à empresa;  
j) Dar ciência do processo ao Ministério Público de Santa Catarina, para avaliação e providências que entender pertinente.  
Florianópolis, datado e assinado eletronicamente.

Ronaldo da Silva Cruz  
Coronel PM – Diretor da DALF  
Cod. Mat.: 1035534

PORTARIA Nº 015/DALF/AJD/PAIC, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024.  
(SGP-E PMSC 65597/2024)

A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Coronel PM Ronaldo da Silva Cruz, Diretor da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 87, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993; art. 9º da Lei nº 10.520/2002, e em consonância ao disposto no art. 6º, II, da Portaria nº 14/PMSC/2023, e diante da necessidade de assegurar o contraditório e ampla defesa, prevista no art. 5º, LV da CRFB/1988:

**CONSIDERANDO** os fatos relatados pelo fiscal do contrato, conforme documentação juntada no SGP-e PMSC 65597/2024, no qual aponta possíveis irregularidades contratuais, cometidas pela empresa **SERVTEC SOLUCOES EM SEGURANCA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 00.586.327/0001-97**, na execução do contrato n. 077/CMIO/DALF/PMSC/2023 e Ordem de Serviço n. 003/2023.

**RESOLVE** instaurar processo administrativo objetivando apurar a possível inadimplência contratual por parte da referida empresa, sendo designados como Encarregado o Major PM Mat. 930254-9 Pedro Paulo Romandini Britto, para apurar os fatos e as possíveis responsabilidades, emitindo relatório sobre o caso, para posterior análise e decisão deste Diretor. Designo ainda, o auxiliar da Seção de PAIC – Soldado PM 989829-8 Rodrigo Machado Reis Ferreira, para funcionar como Secretário/Auxiliar, podendo este intimar, notificar, requerer documentos acerca destes fatos, despachar, tomar depoimentos e propor acordo nos autos, este com posterior homologação pela autoridade competente.

*Documento assinado eletronicamente*  
Ronaldo da Silva Cruz  
Coronel PM - Diretor da DALF  
Cod. Mat.: 1035538

Extrato nº. 795 Termo de Compromisso Ambiental – 3º PEL/ 2ªCIA/ 1º BPMA - Rio do Sul, vinculado ao Processo nº 21230202168200, celebrado entre a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e CARLOS ALBERTO CRISOSTOMO AGRA, CPF:164.XXX.XXX-87, em 01/11/2024, tendo por objeto a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, na modalidade de Suspensão da Exigibilidade da multa, nas seguintes condições:

A obrigação de promover a recuperação ambiental consoante o art. 58, I e art. 79, §1º da Lei Estadual nº 14.675/09 e concluiu-se pela possibilidade da suspensão da exigibilidade da sanção de multa simples, nos termos do art. 87 da Lei 14.675/09. Vigência: 36 meses.  
Cod. Mat.: 1035660

Extrato nº. 796 Termo de Compromisso Ambiental – 3º PEL/ 2ªCIA/ 1º BPMA - Rio do Sul, vinculado ao Processo nº 21230202478593, celebrado entre a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e RODRIGO KEMPENER, CPF:051.XXX.XXX-66, em 01/11/2024, tendo por objeto a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, na modalidade de Suspensão da Exigibilidade da multa, nas seguintes condições: A obrigação de promover a recuperação ambiental consoante o art. 58, I e art. 79, §1º da Lei Estadual nº 14.675/09 e concluiu-se pela possibilidade da suspensão da exigibilidade da sanção de multa simples, nos termos do art. 87 da Lei 14.675/09.. Vigência: 36 meses.  
Cod. Mat.: 1035758

Extrato nº 848 - 2º PEL/ 1ªCIA/ 2º BPMA- São Miguel do Oeste do Termo de Embargo nº 17568-E, Auto de Infração Ambiental nº 13674-E, aplicado em 19/09/2024, situado no município de São Miguel do Oeste/SC, no imóvel registrado sob a Matrícula nº 31.145 do Cartório da comarca de São Miguel do Oeste/SC, abrangendo 1,072ha (um vírgula zero setenta e dois hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 248092 | 7045660; ), Processo GAIA 21520202482592 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00055761/2024.  
Cod. Mat.: 1035550

Extrato nº 849 - 2º PEL/ 1ªCIA/ 2º BPMA- São Miguel do Oeste do Termo de Embargo nº 17552-E, Auto de Infração Ambiental nº 13664-E, aplicado em 18/09/2024, situado no município de Riqueza/SC, em área titulada não registrada, abrangendo 2,35ha (dois vírgula trezentos e cinquenta hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 262509 | 7017449; Pt02 262432 | 7017434; Pt03 262569 | 7017331; ), Processo GAIA 21520202482574 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00056205/2024.  
Cod. Mat.: 1035595

Extrato nº 852 - 2º PEL/ 1ªCIA/ 2º BPMA- São Miguel do Oeste do Termo de Embargo nº 17605-E, Auto de Infração Ambiental nº 13704-E, aplicado em 23/09/2024, situado no município de Paraíso/SC, em área não titulada sob posse direta, abrangendo 2,487ha (dois vírgula quatrocentos e oitenta e sete hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 229470 | 7046606;), Processo GAIA 21520202482677 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00056446/2024.  
Cod. Mat.: 1035673

Extrato nº 853 - 2º PEL/ 1ªCIA/ 2º BPMA- São Miguel do Oeste do Termo de Embargo nº 17633-E, Auto de Infração Ambiental nº 13731-E, aplicado em 24/09/2024, situado no município de Guaraciaba, no imóvel registrado em cartório, Matrícula nº 17942 do Cartório de Registro de Imóveis de Guaraciaba, abrangendo 1,26ha (um vírgula duzentos e sessenta hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 246566 | 7055086; ), Processo GAIA 21520202482727 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00057392/2024.  
Cod. Mat.: 1035709

Extrato nº 850 - 2ºPEL /2ªCIA/2º BPMA - Joaçaba do Termo de Embargo nº 17436-E, Auto de Infração Ambiental nº 13599-E, aplicado em 30/07/2024, situado no município de Campos Novos, no(a) matrícula do imóvel registrado em cartório, Matrícula 663, Ofício de Registro de Imóveis - Comarca de Campos Novos, abrangendo 0,1367ha (zero vírgula mil trezentos e sessenta e sete hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 490559 | 6977795; Pt02 490581 | 6977772; Pt03 490606 | 6977789; Pt04 490595 | 6977823; ), Processo GAIA 21530202482440 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00053122/2024.  
Cod. Mat.: 1035715

Extrato nº 851 - 2ºPEL /2ªCIA/2º BPMA - Joaçaba do Termo de Embargo nº 16302-E, Auto de Infração Ambiental nº 12926-E, aplicado em 22/02/2024, situado no município de Iomere, no(a) matrícula do imóvel registrado em cartório, Matrícula nº 13.279 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, abrangendo 0,34ha (zero vírgula trinta e quatro hectares), dentro de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 476273 | 7013670; Pt02 476277 | 7013639; ), Processo GAIA 21530202480429 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00030060/2024.  
Cod. Mat.: 1035720